

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.336 - MG (2019/0083343-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : GABRIEL ARBEX VALLE E OUTRO(S) - MG116921  
**RECORRIDO** : MOISÉS BARBOSA DE ALBUQUERQUE  
**RECORRIDO** : ALINE FERREIRA CORTES ESTEVANATO COUTINHO  
**RECORRIDO** : DILSON AVELINO DE CASTRO  
**RECORRIDO** : HENRIQUE ANTONIO FERREIRA DE CASTRO  
**RECORRIDO** : MARCELO BRIMANA SANTOS  
**RECORRIDO** : RICARDO ALEXANDRE SCHELGSHORN  
**RECORRIDO** : ROSARIA MARIA SILVEIRA  
**RECORRIDO** : SILVIO JOSE LANDIM  
**RECORRIDO** : WALMER FARINAZZO GIOVANNETTI  
**RECORRIDO** : WALTENCYR FARINAZZO GIOVANNETTI  
**ADVOGADOS** : HÉLIO BATISTA BOLOGNANI E OUTRO(S) - MG072004  
GUILHERME RENAULT DINIZ - MG087812

**EMENTA**

**PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA. BASE DE CÁLCULO. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS FÉRIAS GOZADAS E AO RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. INVIÁVEL REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DE MINAS GERAIS, com fundamento no artigo 105, III, "a", da CF de 1988, contra acórdão proferido pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fls. 373-389, e-STJ):

REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO VOLUNTÁRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA. REJEIÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA. BASE DE CÁLCULO. FÉRIAS. POSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS FÉRIAS GOZADAS E AO RESPECTIVO TERÇO CONSTITUCIONAL. NATUREZA REMUNERATÓRIA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

- Inocorre nulidade de sentença quando a fundamentação é sucinta.

- O Imposto de Renda tem incidência sobre valores recebidos a título de terço constitucional de férias gozadas, justificada a sua não incidência apenas quanto às férias não gozadas, nos termos do entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial 1.111.223/SP, submetido ao procedimento do Recurso Repetitivo (art. 543-C do Código de Processo Civil).

- Compete à parte ré o ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito invocado pelo autor, nos termos do artigo 333, inciso II do Código de Processo Civil.
- É do Estado o ônus de comprovar que os descontos realizados em folha de pagamento do servidor se deram de maneira regular, o que demanda a exposição precisa quanto aos períodos de férias gozadas ou não, para fins de incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- Nos indébitos tributários do Estado de Minas Gerais, utiliza-se a taxa SELIC como fator de correção monetária e juros de mora, conforme preceituam a Lei Federal 8.250/195 e a Lei Estadual 6.769/75.
- Na repetição do indébito tributário, a correção monetária tem incidência a partir de cada pagamento indevido (Súmula 162 do Superior Tribunal de Justiça), e os juros de mora somente são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença. (Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça).

Opostos os embargos de declaração, foram parcialmente providos para afeitos de arbitramento de honorários advocatícios (fls. 675-684, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega ofensa ao disposto nos arts. 165, 458, II e III, e 535, I e II, do CPC/1973, e arts. 489, II e § 1º, IV, e 1.022, I, II e III, do Código de Processo Civil de 2015, sustentando a nulidade do acórdão recorrido ante a negativa da prestação jurisdicional reclamada, asseverando que, a despeito dos embargos declaratórios, a Turma Julgadora não se manifestou sobre questões essenciais ao desate da lide, notadamente sobre a alegação de que os contracheques trazidos pelos autores, ora recorridos, dizem respeito a "Grat. 1/3 F. Regulament." e não a férias indenizadas (fl. 695, e-STJ).

No mérito, aponta que a decisão recorrida violou o disposto no art. 333, I, do CPC, ao imputar ao ora recorrente o ônus da prova de que houve o desconto do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias não gozadas. Aduz, ainda, que compete ao autor produzir a prova do fato constitutivo do seu direito, em se tratando de ação de repetição de indébito, de modo que, no presente caso, caberia aos recorridos a demonstração de que os valores retidos a título de imposto de renda se refeririam efetivamente àquela situação considerada como não sujeita à tributação, qual seja, o terço constitucional de férias não gozadas.

Por último, afirma que, como a lide não havia sido resolvida por essa ótica na sentença, não poderia o Tribunal, em reexame necessário, decidir de maneira prejudicial ao Estado, incluindo novos motivos para, ainda que em parte, julgar favoravelmente ao pleito dos autores.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 701-702, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta aos artigos 535, inciso I e II, do CPC/1973 e 1.022, I, II e III, do CPC/2015, pois a Corte de origem manifestou-se sobre todas as questões que lhe foram submetidas e que são essenciais ao deslinde da causa. Não há, pois, que se confundir ausência de prestação jurisdicional com julgamento desfavorável aos interesses da parte. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração. Ademais, o recorrente não apresentou argumentos suficientes que possam ensejar a apreciação da ofensa ao referido normativo, o que incide à hipótese da Súmula 284/STF.

No tocante à alegada violação do artigo 489, II e § 1º, IV, do Código de

Processo Civil de 2015, também não merece ser acolhida, porquanto o Tribunal de origem apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses da recorrente. Segundo entendimento pacífico desta Corte, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

A propósito, confira:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGADA OFENSA AO ART. 489, §1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSIÇÃO DE MULTAS. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o enfrentamento dos argumentos capazes de infirmar o julgado, mas de uma forma contrária ao buscado pela parte, não caracteriza o defeito previsto no art. 489, § 1.º, inciso IV, do CPC/2015" (STJ, AREsp 1.229.162/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.683.366/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/04/2018.

(...)

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1255946/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/06/2018)

Quanto à suposta ofensa ao art. 333, I, do CPC/1973, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, assim explicou a questão aqui posta, razão pela qual transcrevo naquilo que interessa ao ponto (fls. 386, e-STJ):

[...]

Assim, a diferença existente entre férias gozadas e não gozadas pelo servidor, que determinaria a possibilidade de incidência do citado imposto, depende de prova que, a meu aviso, deveria ter sido constituída nos autos pelo réu, consoante estabelece o art. 333, II, do CPC: (...)

De tal modo, não havendo nos autos prova de que os descontos lançados pelo réu referem-se a férias efetivamente gozadas - fato modificativo e impeditivo do direito do autor -, o que justificaria a regularidade da incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, entendendo seja devida a restituição dos valores descontados, relativos ao terço constitucional de férias, dos vencimentos dos servidores autores, representados pelos contracheques juntados aos autos.

[...]

Portanto, apesar de não desconsiderar a relevante diferença entre férias gozadas e não gozadas para fins de incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, o pedido de restituição se justifica na hipótese de não demonstrado nos autos que os descontos referem-se a férias

gozadas.

Assim, entendo mereça a sentença ser reformada em parte, apenas para determinar que a incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, a partir de agora, respeite o critério acima mencionado, sendo autorizada apenas em relação às férias efetivamente gozadas pelos servidores, indevida sua incidência quanto às férias não gozadas.

Logo, alterar os fundamentos do voto condutor sobre a ausência de "prova de que os descontos lançados pelo réu referem-se a férias efetivamente gozadas", seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo excepcional por óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
Relator

